

PLANOS DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Ana Rita Lara de Oliveira
Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

INTRODUÇÃO

O objetivo é mapear a produção acadêmica no Brasil, teses e dissertações, relacionada ao estudo dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério (PCCRs), e analisar as principais discussões sobre o tema, no período (2015-2019).

O levantamento bibliográfico consiste em estudos preliminares para as pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Observatório de Salários Docentes em Mato Grosso do Sul.

Para André, “Esses mapeamentos são fundamentais para acompanhar o processo de constituição de uma área do conhecimento, [...]” (ANDRÉ, 2009, p. 43).

As fontes foram originadas da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), Pesquisa do Observatório da Remuneração Docente e Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Como critério para seleção dos trabalhos, utilizou-se a palavra “PCCR” presente no título, no resumo ou na palavra-chave entre as dissertações e teses defendidas no período de 2015 a 2019. No total foram selecionados 22 estudos acadêmicos. Para maior especificidade do tema aplicou-se um novo filtro delimitando os estudos com o *locus* na rede estadual de ensino público, deste, restaram 07 pesquisas, ao qual são dedicados aqui.

Nesta direção, o estudo busca apreender sobre a temática, em uma período de transformações importantes no mundo do trabalho, que se atenta para um contexto de austeridade fiscal, que naturalmente aplica na distribuição de recursos e na dificuldade de colocar em prática a legislação pertinente.

DISCUSÕES SOBRE OS ESTUDOS

Conforme Jacomini, Alves, Camargo (2016, p. 24), a remuneração dos professores é resultado de inúmeros fatores, entre eles, a correlação de forças em torno dos PCCRs, situações presentes em decorrência da própria organização educacional federativa brasileira representada por uma diversidade de aparatos legais que dão o aspecto de política fragmentada.

No quadro, as pesquisas encontradas em decorrência dos critérios adotados neste estudo.

Quadro 1 - Dissertações e Teses das bases de dados (2015-2019)

Título/ Ano Defesa	Tipo de documento	Região
O vencimento salarial dos professores da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2006-2013)/ (2016)	D	Centro-Oeste
Mudanças e permanências na carreira do magistério estadual do Pará (1996-2010)/ (2016)	D	Norte
O vencimento dos profissionais do magistério da rede pública estadual de ensino do RN (2008-2014): a implementação do PSPN – Lei 11.738/2008./ (2016)	D	Nordeste
Remuneração do magistério estadual da educação básica do Acre: implicações da política de fundos, do PSPN e de alterações na legislação local./ (2016)	T	Sul
Os critérios de movimentação na carreira de professores da educação básica em estados da região norte do Brasil./ (2017)	D	Norte
Desafios da valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009-2015)./(2017).	T	Nordeste
(Des)feitos e (d)efeitos na composição remuneratória de docentes da rede estadual de educação básica de Rondônia no contexto das políticas do Fundeb e PSPN (2006 a 2016)./(2019)	T	Centro-Oeste

Fonte: Bases das pesquisas: BDTD, CAPES, Pesquisa do Observatório da Remuneração Docente e PPGEDu (2015-2019).

Notas: *Tipo de documento: T – Tese e D – Dissertação.

Destacamos a incidência de pesquisas na região centro-oeste (37,5%), nordeste (25%), norte (25%) e sul (12,5%), não identificamos na busca a região sudeste, situação passível de investigação em um outro momento.

Delmondes, analisa o vencimento inicial e final dos professores da rede pública estadual de Mato Grosso do Sul (2006-2013), e “apontou enfrentamento entre movimento sindical e governo na integralização da Lei do Piso.” (DELMONDES, 2016, p. 6).

Ferreira, analisa a carreira do magistério público do estado do Pará, na perspectiva de verificar as mudanças a partir da Lei 7.442/2010, que dispõe sobre o

PCCR, e concluiu que “após a implementação do Plano, encontra-se as correlações de forças, inseridas pela luta dos trabalhadores da educação, apresentando resultados parciais de valorização para os profissionais da categoria.” (FERREIRA, 2016, p. 8).

Melo, discute as repercussões do PSPN no vencimento dos profissionais do magistério da rede pública estadual do Rio Grande do Norte (RN) (2008 a 2014), considerando as discordâncias e as similaridades entre o governo e o Sindicato (Sinte/RN). Os resultados apontam para “as repercussões positivas quanto aos reajustes nos vencimentos dos professores.” (MELO, 2016, p. 15).

Verçosa, analisa a remuneração do magistério público da rede estadual de ensino do Acre a partir da política de fundos, e concluiu, “o financiamento da educação pública, a lei do piso e a política de remuneração docente foram fundamentais para compreensão das dinâmicas no estado (1997 a 2014)”. (VERÇOSA, 2016, p. 9).

Carneiro, analisa os critérios de movimentação na carreira consolidados nos Estatutos e Planos de Carreira dos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e concluiu, “embora os critérios de movimentação na carreira estejam em consonância com as diretrizes nacionais, há um processo de luta permanente dos professores, em suas organizações.” (CARNEIRO, 2017, p. 9).

Alves, analisa a valorização dos professores da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte por meio da carreira e da remuneração (2009 a 2015), e concluiu que “é um desafio constante do Estado garantir uma efetiva valorização de todos os professores por meio de uma carreira atrativa e que proporcione melhor remuneração.” (ALVES, 2017, p. 15).

Nascimento, analisa as implicações da ação do Estado, diante da materialização das políticas públicas educacionais na remuneração, no vencimento e carreira dos docentes da rede estadual de educação básica de Rondônia (2006 a 2016). Sendo uma de suas constatações, que “as políticas educacionais presentes no período não foram as principais determinantes da conquista da valorização docente, porém os tensionamentos entre o sindicato da categoria e o estado.” (NASCIMENTO, 2019, p. 15).

CONSIDERAÇÕES EM PROCESSO

Os PCCRs constituem um assunto importante para se desvendar e constituir os direitos da profissão docente. Junto aos movimentos sindicais, os PCCRs atuam no papel de enfrentamento com os governos estaduais e municipais, buscando solidificar a implementação do PSPN, a normatização da hora atividade e reivindicações à favor da valorização do docente de maneira perene.

Com base na análise dos resumos, verificou-se que os determinantes para materialização dos PCCRs e os critérios de movimentação na carreira ocorrem de maneira disforme e em constantes tensionamentos, bem como uma expectativa, pouco otimista, do contexto de austeridade fiscal para a continuação da política de remuneração docente.

Palavras-chave: Política educacional. Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério (PCCRs). Pesquisas em educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. K. R. de A. **Desafios da valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009-2015).** (Tese) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ANDRÉ, M. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos de 1990 e 2000. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**, v. 1, n. 1, p. 41-56, ago./dez. 2009.

CARNEIRO, A. P. da S. **Os critérios de movimentação na carreira de professores da educação básica em estados da Região Norte do Brasil.** (Dissertação) - Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

DELMONDES, A. G. O. **Vencimento Salarial dos Professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2006-2013).** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMS, Campo Grande/MS, 2013.

FERREIRA, D. M. **Mudanças e permanências na carreira do Magistério Estadual do Pará: 1986-2010.** (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

JACOMINI, M.; ALVES, T.; CAMARGO, R. B. de. Remuneração docente: desafios para o monitoramento da valorização dos professores brasileiros no contexto da

Meta 17 do Plano Nacional de Educação. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, 2016, p. 1-32.

MELO, A. D. D. **O vencimento dos profissionais do magistério da rede pública estadual de ensino do RN (2008-2014): a implementação do PSPN - Lei nº 11.738/2008**. 2016. (Dissertação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NASCIMENTO, A. B. **(Des)Feitos e (D)Efeitos na composição remuneratória de docentes da Rede Estadual de Educação Básica de Rondônia no contexto das políticas do Fundeb e PSPN (2006 a 2016)**. (Tese) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMS, Campo Grande/MS, 2019.